

**ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e cinquenta minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Marcio Fernandes e Professor Rinaldo, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE.** Comunico a justificativa de ausência do deputado Lucas de Lima, nos dias 11 e 12 de março de 2026 (CI - 081/2026). Com a palavra, no exercício da segunda-secretaria, o nobre deputado Professor Rinaldo, para a leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Professor Rinaldo - Podemos) — Bom dia, deputado Gerson, eminente presidente desta Casa, deputado Marcio, demais colegas! Bom dia a todos que nos prestigiam através da Rádio e TV Alems. *“Ata da Décima Segunda Sessão Ordinária da Quarta Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Aos cinco dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e cinquenta e dois minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE – Lida e aprovada a Ata de número Doze da Décima Primeira Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: E-mail Transferegov; Ofício nº 17.098/2026, da Secretaria de Estado de Turismo, Esporte e Cultura de Mato Grosso do Sul; E-mail de Jary de Carvalho e Castro. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, Zé Teixeira, Marcio Fernandes, Caravina e Professor Rinaldo. Sobre a mesa proposições apresentadas pelos deputados Gleice Jane, Renato Câmara e Gerson Claro. GRANDE EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp e Zé Teixeira. ORDEM DO DIA – Foi aprovado, em discussão única e votação nominal, o Projeto de Lei nº 324/2025, de autoria do deputado Pedro Kemp. Foram aprovadas, em discussão única e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 82/2025, de autoria do deputado João Henrique; Projeto de Lei nº 258/2024, de autoria do deputado Zé Teixeira. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimentos de moção de pesar, de autoria dos deputados Lidio Lopes e Pedro Kemp, endereçada aos familiares de Celso Bejarano Júnior; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada à Revista Celebrar, em comemoração aos seus dez anos de fundação, celebrados com o lançamento da 40ª edição, ocorrido no dia 26 de fevereiro de 2026; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada à Escola Tchibum Educação Aquática, em comemoração aos seus dez anos de atuação, celebrando uma trajetória de dedicação à educação aquática, à promoção da saúde e à segurança de crianças, jovens e famílias do município de Dourados e região; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada ao senhor Sergio Wanderly Silva, em reconhecimento aos seus trinta anos de atuação na política pública de Assistência Social, dedicados ao fortalecimento do Sistema*

*Único de Assistência Social (Suas) e à defesa dos direitos da população em situação de vulnerabilidade; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, em homenagem aos cinquenta anos de fundação da UFADBI – União Feminina da Assembleia de Deus Ministério do Belém de Itaporã, celebrando meio século de relevantes serviços prestados à comunidade itaporaense e à obra cristã; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Duarte, endereçada ao diretor-geral do site Campo Grande News, senhor Lucimar Couto, bem como toda a sua equipe técnica, em razão do 27º aniversário do site; requerimentos de informações de autoria dos deputados Zeca do PT e João Henrique; indicações, de autoria dos deputados Zeca do PT, Junior Mochi, Renato Câmara, Zé Teixeira, Paulo Duarte, Pedro Kemp, Jamilson Name e Caravina. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, cinco de março do ano de dois mil e vinte e seis”. Senhor presidente, a ata, foi lida.*

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem a queira impugnar, dou-a por aprovada. Com a palavra, no exercício da primeira-secretaria, o deputado Marcio Fernandes, para a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Marcio Fernandes - MDB) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhoras e senhores deputados. Expediente da Sessão Ordinária de 11 de março de 2026: Ofício nº 926/2026, do Ministério dos Povos Indígenas, respondendo ao requerimento da deputada Gleice Jane (Prot. nº 3603/2025); Ofício nº 4/2026, do Conselho Nacional do Ministério Público, respondendo à moção de aplauso do deputado Gerson Claro (Prot. nº 4/2025); Ofício nº 511/2026, da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, encaminhando a Transferência de Recursos Financeiros – Processo nº 59800.000124/2025-89 (Prot. nº 436/2026); Ofício nº 10/2026, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, encaminhando proposta de anteprojeto de Lei visando à reorganização das unidades extrajudiciais de Nova Andradina (Prot. nº 440, 027, 022/2026); Ofício nº 11/2026, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, encaminhando proposta de alteração de denominação de cargo comissionado e adequação da data-base no âmbito do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul (Prot. nº 438, 026, 021/2026); Ofício nº 37/2026, do Poder Executivo de Mato Grosso do Sul, informando que o Estado formalizou pedido de adesão ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), instituído pela Lei Complementar nº 212, de 13 de janeiro de 2025 e regulamentado pelo Decreto Federal nº 12.433, de 14 de abril de 2025 e suas alterações, com autorização conferida pela Lei Estadual nº 6.525, de 15 de dezembro de 2025 (Prot. nº 437/2026); Ofícios nºs 56.007, 56.014, 56.146, 56.149, 56.152, 56.155, 56.158, 56.161, 56.170, 56.173, 56.176, 56.179 e 56.182/2026, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Gleice Jane, Neno Razuk, Zé Teixeira, Lia Nogueira, Coronel David e Roberto Hashioka; Ofício nº 9/2026, da Motiva Pantanal, respondendo ao requerimento do deputado Junior Mochi (Prot. nº 054/2026). Foi lido o expediente, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, público presente, assistentes! Bom dia a quem nos acompanha pela Rádio e TV ALEMS. Eu trago duas indicações. A primeira ao diretor-presidente do Detran, senhor Rudel Espíndola Trindade Júnior, solicitando a reforma estrutural, com melhorias, da unidade do Detran do município de Nova Alvorada do Sul, tendo em vista a necessidade de adequação de suas instalações físicas para garantir melhores condições de atendimento da população e de trabalho para os servidores. Esse pedido nos foi encaminhado pelos vereadores Renato Munhoz, Ronaldo de Camargo e Renilson da Silva. Eu estive visitando aquele município e pude ver que o prédio do Detran lá está realmente necessitado da medida ora pleiteada. Estamos então pedindo ao senhor Rudel que coloque a providência no cronograma de reformas de prédios do órgão. Alguns prédios do Estado estão sendo reformados, outros já foram concluídos, mas o de Nova Alvorada não. A segunda indicação é para o secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, e ao diretor-presidente da Agesul, senhor Rudi Fiorese, solicitando a execução de serviços de manutenção asfáltica e Operação Tapa-Buraco para a MS-382, no trecho compreendido entre o município de Guia Lopes da Laguna e o entroncamento com a MS-166, tendo em vista o avançado estado de deterioração da pista e os riscos à segurança dos usuários da via. Esse período de chuvas é complicado para a manutenção de estradas, de rodovias, aumenta a quantidade de buracos, aumenta o risco de acidentes. Este é um pedido que recebi do vereador Júlio Arguelho, vereador bastante atuante no município. Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Queria pedir a Vossa Excelência que coloque na Ordem do Dia de hoje o pedido para a disponibilização do plenário para uma audiência pública: no dia 25 de março, entre 13h30 e 17h00. Está bem em cima já, é uma audiência importante, da Energisa, para discutirmos concessão de energia, um encontro que certamente trará muita gente para o plenário desta Casa, porque está criando enorme desgaste essa falta de manutenção rápida na rede elétrica do estado. Eu estive visitando Paraíso das Águas, fiz reunião lá no assentamento Mateira e recebi diversas reclamações, pessoas que perderam leite, perderam produtos da agricultura familiar. Mas isso não é exclusivo dos assentamentos rurais, acontece também nas zonas urbanas e precisamos discutir por que está demorando tanto esse atendimento no caso de queda de energia, e nada melhor para isso do que uma audiência pública; o representante da Energisa vai poder falar a respeito, explicar-nos as razões do problema; e poderemos tirar daí algumas recomendações, algumas soluções, algumas ações para minimizar o problema. Era isso, obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, logo que aqui cheguei, em 2023, eu fiz três proposições, verbalmente, no sentido de dialogar com o governo Riedel; conseguimos conversar a respeito mas isso não foi encaminhado. A primeira ideia era que pudéssemos juntos articular, para as principais cidades-polo da agricultura familiar, uma agência do Banco do Brasil específica para a agricultura familiar, mas isso não se viabilizou. A segunda proposição que fiz ao governo Riedel foi a selo da agricultura familiar; apresentei o projeto, negociamos, retirei o projeto, voltamos a negociar, apresentamos um projeto em comum, foi aprovado por esta Casa, o senhor governador sancionou-o mas até agora ele não foi regulamentado. E a terceira discussão que travei com o governador foi acerca da necessidade de melhorar a energia nos assentamentos. Vossa Excelência, que é de uma cidade com muitos deles, sabe que a grande maioria dos assentamentos do estado se utilizam da energia monofásica — implantada durante o meu governo, em parceria com os governos do presidente Lula, que atenderam a grande maioria, senão a totalidade, dos assentamentos da agricultura familiar. Pois bem, eu apresentei ao governador e levei ao Governo Federal a ideia de um programa de energia trifásica para Mato Grosso do Sul; como até agora não se encaminhou absolutamente nada, estou apresentando um projeto de lei, senhor presidente, que "institui o Programa MS Trifásico, para expansão da rede elétrica trifásica em assentamentos e demais áreas rurais do Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências." O presente projeto de lei (e proponho-me a dialogar com o governo Lula para que haja recursos federais nisso) tem o objetivo de atender a uma demanda crescente por uma infraestrutura elétrica mais robusta e confiável, capaz de suportar a modernização das atividades produtivas no campo — particularmente agora, com os recursos da deputada Camila, do deputado Vander e da nossa querida senadora Soraya Thronicke: estamos já com recursos de 15 milhões de reais disponibilizados para o programa que nós lançamos da agroindustrialização para a agricultura familiar. Portanto, senhor presidente, para concluir, estou apresentando esse programa, o MS Trifásico, para melhorar a qualidade da energia na área rural, particularmente nos assentamentos e nas comunidades da agricultura familiar. Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Comunicado importante: hoje à tarde, no plenarinho, com a presença de várias autoridades, com a presença do Ministério Público estadual, federal, do Ibama, da Sema, de universidades, com a presença também de representantes das empresas que se articulam em torno da floresta verde da região leste, estaremos fazendo uma reunião da comissão de desenvolvimento agrário para discutir o terrível impacto das florestas de eucalipto na agricultura familiar da região leste do estado, como o efeito deletério da pulverização de veneno, que contamina a água e a produção dos assentamentos; como o fim de nascentes, de cursos d'água, de riachos (secaram todos na região do Bolsão); e como o desaparecimento da fauna da região, que já não tem

absolutamente nada para se alimentar. Uma reunião, portanto, importante, com a presença das autoridades que já mencionei, e dela pretendemos tirar uma comissão para denunciar internacionalmente o mal que a floresta de eucalipto, que o chamado deserto verde está causando ao nosso estado. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Bom dia, presidente, nobres pares. Tenho aqui uma indicação ao governador, ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública e ao comandante-geral da Polícia Militar, solicitando a edição de um decreto estadual que autorize a realização do Curso de Habilitação (CHO) do Quadro Auxiliar de Oficiais Militares (QAOPM); requer-se também que para o preenchimento das vagas sejam observados os critérios de antiguidade e merecimento. A medida é muito importante, tendo em vista a necessidade de suprir a demanda institucional e assegurar o regular fluxo na carreira dos militares estaduais. Este é um pedido que me é feito constantemente pela tropa da PM, notadamente pelos subtenentes, para que eles possam ascender à carreira do oficialato. Então eu peço encarecidamente ao governador, ao secretário e ao comandante-geral da PM que adotem as providências administrativas necessárias, que tornem realidade o anseio de quem quer realmente subir na carreira, medida extremamente necessária, até pelo diminuto número de oficiais subalternos atuando hoje na corporação. Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, deputado João Henrique... Deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Muito bom dia, presidente, colegas parlamentares e público que nos acompanha. Eu trago hoje um requerimento endereçado ao governador Eduardo Riedel, ao senhor Marcelo Miranda, secretário de Estado de Turismo, Esporte e Cultura, solicitando que respondam aos seguintes quesitos: 1) quais eventos culturais e artísticos estão programados no âmbito das ações, programas e projetos desenvolvidos pela Setesc e pela Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul para contemplar o município de Dourados no ano de 2026 (solicita-se o encaminhamento do cronograma contendo os respectivos nomes e períodos de realização); e 2) se há outros eventos do mesmo gênero com previsão de apoio institucional ou financeiro por parte do Governo do Estado. Segunda maior cidade do estado, importante polo regional de desenvolvimento econômico, social e cultural, Dourados, pelo menos até aqui, não tem sido contemplada com esse tipo de evento; esta é a queixa da classe cultural local, e não só dela, muitos douradenses reclamam também que o nome do município não tem sido lembrado pelo Governo para sediar grandes eventos culturais, em contraste com outras localidades que tradicionalmente recebem eventos de grande porte. Trago também uma indicação ao governador Riedel, ao senhor Guilherme Alcântara, secretário de Infraestrutura e Logística, e ao senhor Marçal Filho, prefeito de Dourados, solicitando a destinação de recursos para a pavimentação asfáltica de um trecho de aproximadamente 350 metros da

rua Renê Miguel, antiga DA-1, entre os bairros residenciais Deoclécio Artuzi e Harrison de Figueiredo, na região sul de Dourados. Este é um pleito antigo de moradores do residenciais Deoclécio Artuzi e Harrison de Figueiredo, que enfrentam diariamente dificuldades decorrentes da ausência de pavimentação asfáltica da referida rua. Pela ordem, presidente... Quero aqui parabenizá-lo pela parceria na comissão em defesa dos direitos das mulheres, da qual sou vice-presidente, pela Sessão Solene de entrega do Troféu Celina Jallad, ontem, troféu concedido a mulheres que se destacam, a mulheres que têm feito um trabalho de excelência na saúde, na educação, na assistência social e na segurança pública. Momento muito importante, num mês mais de reflexão do que comemoração; aliás, não temos quase nada a comemorar: neste início de ano já são sete mulheres assassinadas em Mato Grosso do Sul, nessa vertiginosa escalada da violência. Destaco portanto, presidente, o engajamento de Vossa Excelência nesse debate, é muito importante o trabalho da Assembleia Legislativa na conscientização da sociedade, principalmente dos nossos meninos: mulher tem de ser tratada com respeito e humanidade. Obrigada, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Bom dia, senhor presidente, demais colegas! Bom dia àqueles que nos prestigiam com a sua presença, à imprensa, à equipe técnica da Casa e àqueles que nos assistem pela TV Assembleia e pelas redes sociais. Faço uso da palavra no Pequeno Expediente para apresentar algumas indicações e moções. Indicação. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Antonio Carlos Videira, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, ao coronel QOBM Hugo Djan Leite, coordenador-geral da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil, por cópias autônomas, solicitando, se possível, a doação de veículo baixado ou substituído do patrimônio da Sejusp/MS, preferencialmente veículo utilitário, para atender às demandas da Defesa Civil do Município de Naviraí. A presente solicitação atende ao pedido formulado pela vereadora Rosângela Farias Sofa, da Câmara Municipal de Naviraí, encaminhada ao meu gabinete parlamentar por meio do Ofício nº 011/2026, decorrente da Indicação nº 54/2026, lida e aprovada naquela casa de leis. Indicação. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo à senhora senadora Soraya Vieira Thronicke, a fim de solicitar a viabilização de recursos financeiros, por meio de emenda parlamentar ao Orçamento Geral da União, destinados a atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde do município de Pedro Gomes. A presente demanda justifica-se em solicitação apresentada ao nosso gabinete pelos vereadores Sandoval Alves de Oliveira e Sérgio Carlos Borges (Bidú), da Câmara Municipal de Pedro Gomes, através de ofício decorrente da Indicação nº 005/2026, lida e aprovada por unanimidade naquela casa de leis. Indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente da Agesul, senhor Rudi Fiorese, solicitando a realização de revestimento com cascalho nas estradas do assentamento Teijin, no município de Nova

Andradina, priorizando-se, com urgência, o encascalhamento da via principal do assentamento 17 de Abril, que atualmente se encontra em situação precária, ainda mais agora depois desse período de chuvas. A presente indicação atende a uma solicitação do vereador Naleu Cavalcante (o Naleu da Casa Verde), com coautoria dos demais vereadores da Câmara Municipal de Nova Andradina, encaminhada a este gabinete por meio do Ofício nº 43/2026/GAB/PRES e da Indicação nº 17/2026, devidamente lida e aprovada naquela casa de leis. Por último, registro uma moção de congratulação aos sargentos BM José Henrique Lopes Alves e Antônio da Matta Ramon, e ao soldado BM Jean Carlos Panussi, integrantes do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso do Sul - Unidade de Naviraí, por sua atuação rápida, técnica e exemplar no salvamento de um recém-nascido de apenas 23 dias de vida, ocorrido no dia 13 de fevereiro do corrente ano. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente, demais colegas. Indicação. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente ao governador Eduardo Riedel, com cópias ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, e ao diretor-presidente da Agesul, senhor Rudi Fiorese, solicitando o recapeamento da MS 180, rodovia que liga as cidades de Iguatemi a Juti. A solicitação nos foi encaminhada pelos vereadores republicanos Professor Márcio e Carlinhos Magro. A MS-180 é uma das principais rotas utilizadas para o escoamento da produção agrícola e pecuária da região, além de ser fundamental para o transporte de insumos e mercadorias e para a circulação dos moradores da região. No entanto, devido à falta de manutenção adequada, a rodovia encontra-se em condições precárias, o que coloca em risco a segurança dos motoristas e compromete a eficiência logística do setor produtivo local. O recapeamento da MS-180 é fundamental não apenas para garantir a integridade da malha viária, mas também para impulsionar a economia regional, facilitar o acesso aos polos de produção e incentivar novos investimentos. A segunda indicação vai para o governador Riedel, com cópia ao secretário de Educação, senhor Hélio Queiroz Daher, solicitando seja realizado estudo de viabilidade para a construção de uma escola para atender os bairros Jardim Aeroporto 1 e 2, no município de Aquidauana. Essa proposta visa a atender a seguinte solicitação encaminhada ao nosso gabinete parlamentar pelo senhor Wagner Romero: "Considerando o crescimento populacional e a demanda crescente por vagas no ensino público nos bairros Jardim Aeroporto 1 e 2, no município de Aquidauana, venho por meio deste solicitar a realização de um estudo de viabilidade técnica, orçamentária e estrutural para a construção de uma escola que atenda a comunidade local. A ausência de uma unidade escolar nas proximidades tem gerado dificuldades de deslocamento para alunos e suas famílias, além de sobrecarregar outras escolas do município. A implantação de uma nova unidade escolar nesses bairros, além de contribuir significativamente para o acesso a uma educação de qualidade, promoverá inclusão e desenvolvimento social. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Está encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Coronel David: três indicações (Prot. nºs 00464/2026, 00435/2026, 00434/2026). De autoria do deputado Jamilson Name: um projeto de lei (Prot. nº 00442/2026). De autoria do deputado João Henrique: um requerimento (Prot. nº 0428/2026). De autoria do deputado Caravina: três indicações (Prot. nºs 00463/2026, 00462/2026, 00460/2026); um requerimento (Prot. nº 00448/2026). De autoria da deputada Gleice Jane: duas indicações (Prot. nºs 00424/2026, 00423/2026); três moções de congratulação (Prot. nºs 00446/2026, 00445/2026, 00444/2026). De autoria da deputada Lia Nogueira: nove indicações (Prot. nºs 00458/2026, 0457/2026, 00451/2026, 00450/2026, 00449/2026, 0456/2026, 0422/2026, 00421/2026, 00420/2026); uma moção de congratulação (Prot. nº 00452/2026). De autoria da deputada Mara Caseiro: uma indicação (Prot. nº 00425/2026); um requerimento (Prot. nº 0443/2026); uma moção de congratulação (Prot. nº 00425/2026). De autoria do deputado Pedrossian Neto: uma indicação (Prot. nº 0447/2026); um projeto de lei (Prot. nº 0459/2026). De autoria do deputado Professor Rinaldo: três requerimentos (Prot. nºs 00432/2026, 00433/2026, 00431/2026); um projeto de lei (Prot. nº 00467/2026). De autoria do deputado Renato Câmara: dois requerimentos (Prot. nºs 00441/2026, 00439/2026); duas moções de congratulação (Prot. nºs 00430/2026, 00429/2026). De autoria do deputado Zé Teixeira: três indicações (Prot. nºs 0455/2026, 00454/2026, 00453/2026). De autoria do deputado do Zeca do PT: um projeto de lei (Prot. nº 00461/2026).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Pelo livro de inscrição, com a palavra o deputado Paulo Duarte. Transferida. Deputada Mara Caseiro. Transferida. Deputado Hashioka. Transferida. Deputado Junior Mochi. Transferida. Deputado Zeca do PT. Transferida. Deputada Gleice Jane. Transferida. Deputado Professor Rinaldo. Transferida. Deputada Lia Nogueira. Transferida. Deputado João Henrique... Vossa Excelência dispõe de trinta minutos.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — sem revisão do orador — Senhor presidente, colegas parlamentares, público que nos assiste, nós viemos denunciando os desmandos, o descaso, a falta de responsabilidade fiscal do governo Eduardo Riedel. Agora os fatos começam a falar por si. O Governo tem plantado nalguns sites, através da distribuição da verba de publicidade, acusações para denegrir a imagem daqueles que se opõem a essa triste realidade. Quem acabou fazendo um contingenciamento de 25% das suas despesas foi o Governo; quem começou a perseguir empresários, microempreendedores, com o intuito de simplesmente arrecadar para o Estado, foi o Governo; quem rebaixou de A para B sua nota, com medo de ir para a C, foi o Governo; quem manda recados e sinais aos prefeitos, quem não atende adequadamente nos gabinetes da Governadoria, quem não resolve as demandas, quem trata com desdém as pessoas e a política, colegas — quem faz isso é o Governo! Compare-se a verba que é negada a um prefeito do interior, para um evento ou para alguma outra ação importante em seu município, de duzentos, trezentos mil reais, com o gasto mensal com diárias para ir ao Uruguai, Dubai, ou para qualquer lugar aqui dentro do país (dois, três milhões de reais!). É contraditório, senhor presidente. É um recado horroroso aos aposentados do Estado, que sonham em ver-se livres daqueles 14% que lhes enfiaram goela abaixo. É um recado desastroso para a Segurança Pública o descaso com essa categoria. As promoções

começaram a ser feitas na Polícia Penal apenas porque nós estamos aqui na tribuna exercendo o nosso papel... Algumas pessoas estão até nos questionando qual seria o nosso propósito, qual seria o nosso plano de governo. Eu chego a acreditar que o melhor plano de governo é o do Eduardo Riedel: o que ele fez e não cumpriu! E essa renúncia fiscal — e aqui falo para os prefeitos de Mato Grosso do Sul! — de R\$ 55 bilhões?! Ora, quando o governador renuncia a um centavo que seja do seu imposto, do ICMS, um quarto de cada um deles deixa de ser distribuído para os municípios. Prefeitos, leiam a Constituição Federal!... Ah, mas não é do prefeito ainda porque ainda não entrou no cofre... Ora, quer dizer que o *governo municipalista* renuncia a vinte e cinco bilhões daquilo que é de outrem e fica tudo bem?... O Governo está tirando arrecadação dos municípios! Esse governador enganou os prefeitos de Mato Grosso do Sul quando tirou 60% da arrecadação do Fundersul, dizendo que seria para aumentar os índices da reforma trib... só o governador e o secretário de Fazenda que entendem de tributos, o que é estranho, porque este último não tem formação em matéria tributária, tem em Comunicação Social, o que também é estranho, considerando que ele disse que no Regularize Já o problema foi justamente de comunicação. Em que área então a competência (ou incompetência) do secretário é útil para o Governo? Vejam que 60% do Fundersul foram tirados do que era repassado às prefeituras, para se fazer o quê? o MS Ativo I... Depois lança-se o MS Ativo II sem se completar o MS Ativo I... Onde que já se viu isso?! Onde que isso é gestão? Onde que isso é execução? Enquanto ficam me atacando em sites de pequeno porte, estão na surdina surrupiando dinheiro do consignado dos servidores e não repassando aos bancos. Saiu aí uma nota do Banco do Brasil falsa no seu conteúdo; há outros bancos também recebendo com atraso; eu digo que é falsa e explico por quê: o Governo descontou e atrasou o repasse. Eu quero a prova, eu quero o dia em que foi descontado e o dia em que foi pago. Porque o Governo descontou nos primeiros dias e não repassou. Chegou perto da hora de fazer o pagamento, aí atrasou, "pedalou", e o banco foi lá, descontou dos servidores, porque teria ocorrido um "erro de sistema". Erro de sistema?!... Tem cabimento um Governo que está sempre dentro de um tablet, dentro de uma tela, dizer que o sistema errou? Vejam os comentários das redes sociais do único vídeo que o governador Eduardo Riedel teve a coragem de fazer, para falar do programa Regularize Já, vejam como reagiram os empresários, micro e pequenos gestores, os verdadeiros gestores deste estado! A grande verdade é que em Mato Grosso do Sul nós estamos sendo manipulados pela Fiems [Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul], é ela que efetivamente governa este estado, fazendo da Governadoria o seu fantoche, a sua marionete. Todos os benefícios fiscais passam por lá sem que se diga, deputado Zeca do PT, quem são os beneficiários e quais as contrapartidas! Prefeitos, vereadores, leiam a Constituição Federal, cada centavo renunciado, cada centavo que deixa de entrar nos cofres públicos, um quarto de cada um deles deixa de ser repassado para o seu município! Vocês foram enganados! Já passou da hora de o nosso Mato Grosso do Sul acordar, mudar, mostrar que há um novo caminho. E quero aqui fazer um alerta para aqueles que manipulam as verbas de publicidade do Estado. Estou atento ao Edital de Concorrência nº 001/2025, que trata da contratação de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda. Dia 18 quero estar presente na abertura dos envelopes, senhor presidente. E quero dizer que é um tanto contraditório colocar setenta milhões de reais de recursos

públicos e, logo nas primeiras cláusulas do edital de concorrência, dizer, no item 11.7.1, alínea d: "Fica excluída a relação nominal dos principais clientes atendidos pela licitante nos últimos três anos, com a especificação do período de atendimento de cada um deles". Quer dizer, você não tem direito de participar; se você tem a sua agência, se quer prestar um serviço, se quer receber, se você for microempreendedor, se tiver aberto a sua agência hoje, por melhores que sejam seus profissionais, você está excluído desse processo. Ou seja, para participar, a agência tem de ter pelo menos três anos na praça. Eles podem dizer que essa é uma cláusula exclusiva, que estar aí há três anos ou mais é garantia de execução do serviço. Será mesmo?... Vamos conjugar essa exigência com outra, do item 18.2.3.1, alínea a1.1: "Para fins de comprovação da experiência mínima, os atestados deverão demonstrar que a licitante contratualizou serviços da mesma natureza, complexidade e abrangência compatíveis com o objeto, sendo o valor de 10% utilizado como parâmetro referencial de magnitude." Ora, se você tiver uma agência, por maior que seja, de três anos, se for de outro estado, ainda que a melhor do país, privada, ela não vai poder participar por não prestar "serviços da mesma natureza"; caso tenha serviço contratado com uma prefeitura, do interior ou da capital, ainda assim — vejam o absurdo! — você deve provar que atendeu e recebeu pelo menos... sete milhões de reais! Senhores, nessas condições quem é que pode trabalhar para o Estado de Mato Grosso do Sul em matéria de publicidade (serviço que na última campanha eleitoral foi utilizado para minar o caminho de opositores)?... Ninguém! São os senhores, os jurisdicionados, os cidadãos que estão sendo excluídos. Só importam as grandes agências de publicidade? Hum, interessante, e que agências participantes do certame podem atestar haver já contratado sete milhões de reais?!... Pois cito eu algumas — vocês vão ver, profetizo aqui — que vão ganhar a licitação. Vai aqui a primeira, 80 20 Marketing Ltda... Será que os senhores conhecem esse nome? Será que algum integrante do Governo, algum secretário, tem relação comercial, mínima que seja, com essa agência de publicidade? Será que estou falando grego, senhores?... Vamos à segunda: a Novo Engenho Comunicação Integrada Ltda. Será que esta outra também vai se sagrar vencedora do certame? Ora, será que algum outro secretário é capaz de influenciar para que esta empresa saia vencedora?... Será que não seriam essas pessoas que estão plantando na mídia matérias que visam a denegrir a imagem daqueles que têm a coragem de se insurgir e de dizer "Tenho um novo projeto, independente, para Mato Grosso do Sul"?!... Será que a Agilità Propaganda e Marketing Ltda, sairá vencedora? Será que a Comuniart Comunicação & Marketing Ltda sairá vencedora?... Senhores, prestem atenção! O Governo está aumentando em 40% esse contrato, em ano de eleições! Ora, enquanto se cortam serviços essenciais, enquanto fornecedores estão recebendo em atraso, enquanto prefeituras estão com repasses constitucionais em atraso, o Governo eleva em 40% a contratação do serviço de publicidade! E diz que só vão participar aqueles que já estão há mais de quinze, vinte anos trabalhando para o Estado. Vocês acham que há *compliance*, gestão nisso aí? Quer me parecer que o que há mesmo é "compraíance". Nós estamos ajuizando ações, e já ganhamos, deputado Junior Mochi, na justiça! E o governador pediu clemência ao TJ, pediu pelo amor de Deus para não ter de declinar como vem distribuindo a verba de publicidade do Estado, isto ao mesmo tempo que lança um edital de concorrência dizendo que somente os amigos do rei podem participar. O que é um abuso! O que é uma vergonha! O que é uma

lástima! Isso precisa ser mudado! Isso precisa ser mostrado! É preciso gestão, coerência, transparência nessas questões, não podemos mais permitir esse tipo de abuso, de perseguição. Há secretários de Estado achando que o Governo vai muito bem, obrigado, quando na verdade está tudo nebuloso. Outros, enfeitados diante da tela de um computador, ficam surdos, insensíveis, quando lideranças batem à sua porta para resolver demandas; a boa política, senhores, está sendo desprezada! O governador insiste em colocar em postos-chave pessoas despreparadas! Ora, não dá para um jogador de futebol operar um paciente como se médico fosse. As pessoas nos abordam: "Deputado, olhe as estradas; deputado, olhe o valor do pedágio"... Como, se o diretor-presidente da agência que regula e fiscaliza essas bilionárias concessões é um professor de educação física?! Governador, se lhe der um infarte, o senhor vai pedir para um jogador de futebol lhe colocar um *stent*?... Pois é isto que está acontecendo no Governo. O senhor colocou à frente da secretaria mais importante, em termos de entrega, em termos de infraestrutura, uma pessoa que ficou lá dois anos, mais da metade do seu mandato, para licitar uma, eu disse *uma*, obra. A Agesul, ex-secretário Caravina, diminuiu a contratação, os pagamentos de licitação, do governo Azambuja para o governo Riedel, caíram para quatrocentos, trezentos milhões; o governador, com sua proverbial capacidade de gestão, gastou metade do seu mandato para tomar uma atitude! Deputado Junior Mochi, nós estamos vendo uma perda de arrecadação, estamos vendo a perda da capacidade de comunicação do secretário de Fazenda, e o governador não susta os efeitos da resolução que instituiu o Regularize Já, o governador preferiu *comunicação* em vez de *resolução*. Qual foi a ideia do secretário de Fazenda? Apagar a tela!... Senhores, vamos revogar a resolução!... Deputado Zeca do PT, a escolha dos secretários de Governo do Eduardo Riedel lastima, envergonha, e não pela falta de competência, mas pela falta de atitude, de tomada do poder político, de decisão, de resolução, de entrega de obras públicas e de política pública. Nós temos um governador, deputado Zeca, que não cumpriu um mínimo de entrega em habitação social, o pouco que fez foi com verba federal, advindas diretamente do Planalto ou de emendas parlamentares. Isso é uma vergonha! A nossa Constituição estabelece que seja feito no mínimo 1% de investimento! É chegada a hora, senhores, um novo tempo se avizinha para Mato Grosso do Sul. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos a presença do senhor Richardson Prates, vereador do município de Mundo Novo; do senhor Júlio Buguelo, prefeito do município de Glória de Dourados; do senhor Sindolei, vereador do município de Paranaíba; do senhor Luiz Ramon, presidente da Câmara Municipal de Antônio João; e do meu amigo advogado Ademar Chagas. Obrigado pela presença aqui na casa da democracia.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o nobre deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Cumprimentando os ilustres visitantes que acaba de mencionar Vossa Excelência, gostaria de registrar a presença do meu amigo professor Márcio Albino, secretário de Habitação do Município de Naviraí. Seja muito bem-vindo, querido professor.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Primeiro, para cumprir também o senhor Júlio Buguelo, meu amigo prefeito de Glória de Dourados; está aí também o vereador Sindolei... Como o deputado João Henrique citou meu nome, eu faço uma observação. Deputado, o senhor iniciou a campanha aqui, já está treinando para a campanha eleitoral. Se for só treinamento, é válido o discurso de Vossa Excelência, agora, como informação correta e precisa para a população, o senhor não disse nada do que acontece efetivamente em Mato Grosso do Sul, o senhor pintou aí um estado que é o pior da Federação. O que eu vejo, e não me refiro ao que dizem os secretários, nas pesquisas sérias de opinião, de institutos sérios, é que Mato Grosso do Sul está no caminho certo, tanto que a aprovação do governador está em 70%. De forma que, repito, para palanque o senhor treinou bem, mas quanto à verdade para a população: nada! Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o segundo-secretário se há quórum para deliberação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Professor Rinaldo - Podemos) — Senhor presidente, há quórum suficiente, temos dezoito deputados participando da sessão.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Item 1. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 004/2026. Autor: Poder Judiciário. "Altera dispositivo da Lei nº 3.779, de 11 de novembro de 2009, que dispõe sobre o Regimento de Custas Judiciais do Estado de Mato Grosso do Sul." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Professor Rinaldo - Podemos) — Senhor presidente, enquanto acontece a votação, eu gostaria de registrar, com a aquiescência de Vossa Excelência, a presença do Elso, o Filho do Padre, ilustre liderança da cidade, que participou de vários pleitos eleitorais. Seja bem-vindo, Elso.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pelo ordem, senhor Presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação... tem a palavra, pela ordem, o deputado Zeca.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Eu gostaria de fazer dois registros. Primeiro, que recebi ontem a diretoria do sindicato dos funcionários desta Casa, vieram me apresentar a sua pauta de reivindicações, que, se ainda não apresentaram, vão apresentar a Vossa Excelência. Como sindicalista (venho do movimento sindical que fundou a CUT e o PT), gostaria de lhe dizer, senhor presidente, que vou acompanhar muito de perto as negociações, posto que confio plenamente na sua sensibilidade. Em segundo lugar, senhor presidente, quero dizer a Vossa Excelência que estou cada vez mais impressionado com o agronegócio. O agronegócio pede dinheiro, quer juro subsidiado, quer isenção, fala mal do Governo e agora está dizendo que precisa renegociar as dívidas que não consegue pagar. Eu nunca vi um agronegócio tão dependente do Estado como esse do Brasil: não é o agronegócio que toca o Brasil, é o Brasil, é o Governo do Lula que tocam o agronegócio. Essa renegociação, provavelmente, é para financiar campanha contra o Lula. Mas que nada, conhecendo como conheço a sabedoria do presidente Lula, é bom que ele tome cuidado, é bom que ele não refinance as dívidas do agro. Porque reclamam de barriga cheia! Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação.

Projeto de Lei nº 0004/2026, de autoria do deputado Junior Mochi.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente. São dezesseis votos favoráveis, nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 2. Projeto de Lei nº 005/2026. Autor: Poder Judiciário. "Cria cargos na estrutura funcional do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Professor Rinaldo. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Zeca.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, mais uma vez registro essa importantíssima agenda que a Comissão de Agricultura Familiar, dos Povos Indígenas e Quilombolas, que eu presido, realiza hoje à tarde, deputado Londres, no Plenarinho, com a presença do Ibama, com a presença do Meio Ambiente do estado, com a presença do Ministério Público Federal, do Estadual, das universidades. Hoje à tarde, portanto, vamos fazer aqui um debate importante sobre o desastre que está sendo o deserto verde que estão impingindo aos pequenos proprietários da região leste, da pulverização que contamina as águas com doença, matando a produção dos assentamentos. Essa floresta não produz

absolutamente nada de alimentação, estão lá os bichos morrendo de fome. Nós precisamos ficar atentos para o impacto que a floresta está causando às nascentes d'água, aos rios, aos cursos d'água, está tudo secando. Esse povo está pensando que manda no estado, que, por ter submetido à sua vontade o governo do Riedel, vai também sujeitar os movimentos sociais, mas estão enganados: os movimentos sociais vão lutar contra isso. Por último, senhor presidente, quero dizer que apresentei hoje um projeto de lei instituindo o programa "MS Trifásico"; já o tinha apresentado ao governador Londres, já falado a respeito com o Governo Federal, já mandei mais ou menos duas mil mensagens aos meus contatos, todo mundo muito contente... Espero que o governador Riedel efetivamente lance o "MS Trifásico", para os assentamentos e para a agricultura familiar. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Faço também um registro. Hoje à tarde, às treze horas, temos a audiência pública "Fraternidade e Moradia" (tema da Campanha da Fraternidade) proposta pelo deputado Pedro Kemp, com a nossa assinatura também, aqui no plenário, com a presença da Arquidiocese de Campo Grande, com a presença da CNBB.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Se me permitem, senhor presidente, deputado Pedro Kemp, eu acho que o tema devia ser "Moradia para o povo que não tem, sem veneno e sem agrotóxico."

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação.

Projeto de Lei nº 005/2026, de autoria do Poder Judiciário.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Solicito ao segundo-secretário o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são quinze votos favoráveis, nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 3... Ausente o autor, retirado de pauta. Item 4. Em discussão única e votação simbólica: 22 indicações, 07 moções de congratulação e, por solicitação do deputado Caravina, o requerimento da audiência pública para debater soluções relativas a quedas de energia, da Frente Parlamentar do Municipalismo. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 5. Moções de pesar. Apresentada pela Gleice Jane, em razão do falecimento da senhora Léla Duarte. Os deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Solicito empenho dos colegas nas comissões de mérito na análise dos projetos já aprovados pela atuante e competente CCJR. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, a deputada Gleice. Ausente. Deputado Pedro Kemp. Transferida. Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente Sessão (10h56).



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA Nº 15 13ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11/03/2026**